



ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO

8º ENEPE UFGD • 5º EPEX UEMS

OS SENTIDOS DE COMUNIDADE IDENTITÁRIA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E TRANSGÊNEROS: A PRESENÇA DO PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO!

Jacy Côrrea Curado¹; Luan Fernando Schwinn Santos².

UFGD-FCH, C. postal 364, 79804-970 Dourados-MS, E-mail: luan_mju02@hotmail.com

¹Prof. Dra. Psicologia Social. Curso de Psicologia.FCH/ UFGD. ² PIVIC /UFGD/CNPq

RESUMO

Este artigo propõe trazer o debate sobre comunidade identitária LGBT* em uma abordagem do construcionismo social em interface com a Psicologia Comunitária. O artigo se estrutura a partir do debate sobre a noção das categorias psicossociais de identidade e comunidade e da discussão da heteronormatividade na invenção das hierarquias de gênero e os efeitos de invisibilidade para a comunidade LGBT*. Para tal feito utilizamos como ferramenta de pesquisa a “Oficina de Sentidos” em que se problematizou os sentidos de pertencimento à essa comunidade, assim como as estratégias de enfrentamento aos seus preconceitos e discriminações por meio dos posicionamentos mapeados dos repertórios linguísticos e vivências dos participantes relatados na oficina. Como resultados, apresentamos os principais repertórios associados à essa Comunidade : Amor, Preconceito, Discriminação, Luta e Alegria, o que é confirmado pelo relatos que apontam três lócus mais frequentes de vivências de preconceito e discriminação, sendo eles o ambiente familiar, o ambiente escolar e os discursos religiosos. Instituições essas que se denominam como acolhedoras e locus de conforto, se tornam mais um obstáculo nas vivências afetivo-sexuais e de gêneros para essa comunidade. Os dados e bibliografias levantadas nesse artigo poderão servir como um ponto de partida para o fomento de pesquisas direcionadas à essa problemática, e também na construção de metodologias de intervenção dentro do campo da Psicologia Social Comunitária. seja na implementação de políticas públicas locais, regionais e quicá nacionais. seja por meio de projetos do terceiro setor ou para as pautas de luta dos movimentos sociais LGBT*.

Palavras-chave: Comunidade LGBT*, Construcionismo Social, Psicologia Comunitária.

INTRODUÇÃO

Este artigo se insere no âmbito da pesquisa “Os Sentidos de 'Comunidade' e as Metodologias de Trabalho Social” do curso de Psicologia da Universidade Federal da Grande Dourados, realizada no período de dezembro de 2013 a julho de 2014, período o qual estávamos inseridos no Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC). A pesquisa se alinha aos estudos da Psicologia Social Comunitária que pressupõe que toda psicologia não é una e singular, mas produzem e são produzidas por distintas práticas psicológicas.

O artigo busca compreender os sentidos atribuídos à comunidade LGBT*¹ a partir de seu grupo identitário na Região da Grande Dourados e mapear quais estratégias utilizam para enfrentar os preconceitos e discriminações sofridos na vida cotidiana. A comunidade pesquisada se deu pela proximidade social e pessoal do pesquisador com a temática e por ser liderança do movimento LGBT* na região. Esperamos que esse texto possa contribuir com a construção de espaços geradores de maior autonomia, solidariedade e transformação social, não só à comunidade LGBT* mas à todas as pessoas que sofram pelas estruturas engessadas de nossa sociedade.

Utilizamos como abordagem teórico-metodológica o construcionismo social, que é uma perspectiva que pretende analisar o mundo e a si mesmo a partir de processos em que as pessoas descrevem e explicam o mundo em que vivem. Gergen (1985) nos fala que a pesquisa construcionista articula formas compartilhadas de entendimento que existiram em períodos anteriores e atualmente, e de como poderão existir se a atenção criativa se dirigir neste sentido.

Na perspectiva construcionista, o conhecimento é um processo de construção coletiva, do cotidiano, logo, todas as interações sociais são importantes, principalmente a linguagem que é parte constitutiva da realidade e também forma de interação (CURADO, 2008). Todas as condições de mundo resultam, de algum modo, da ação e

¹ Utilizamos o “*” entendendo que o movimento trans* considera que o uso dele é uma forma simbólica de representar todas as performances de gênero existentes em nossa sociedade. Compreendemos que nas políticas públicas e em diversos espaços a sigla utilizada tem sido “LGBT”, porém optamos por aderir à sigla que o movimento utiliza.

negociação o que forma relações diferentes, processos sociais e sociedades distintas (IÑIGUEZ, 2002). Portanto “ser construcionista significa refletir criticamente sobre a gênese da Psicologia como disciplina científica e de seu papel na maneira do indivíduo explicar e compreender o mundo. Nesse particular, o construcionismo social é uma crítica profunda à Psicologia Tradicional” (CURADO, p. 23, 2008).

O construcionismo social critica uma “ideologia da representação” que se ampara em quatro grandes mitos, que são: 1- O mito que o conhecimento pode ser representação fiel da realidade; 2- O mito que o objeto é constitutivo do mundo; 3- O mito de uma realidade independente dos indivíduos; 4- E, por fim, um mito onde a verdade é um critério decisório (NOGUEIRA, 2001). Logo, “o construcionismo pretende sintetizar de várias formas todas as críticas apresentadas e mover-se além delas, no sentido de uma descrição mais positiva do conhecimento científico” (Ibdem, p. 46).

Junto ao construcionismo entendemos ser de extrema importância localizar a psicologia comunitária, pois ela “dedica-se a estudar, compreender e intervir no cenário de questões psicossociais que caracterizam uma comunidade” (SCARPARO & GUARESCHI, p. 103, 2007). Ou seja, nos utilizamos da psicologia comunitária para entender essa relação de identificação das pessoas LGBT* com uma comunidade, essas “interlocuções entre psicologia e comunidade se intensificaram na medida em que as práticas psicológicas dialogaram com outras áreas” (Ibdem, p. 104). Portanto, os sentidos identitários para a comunidade LGBT* é um dos focos desse artigo, apresentando esses sentidos podemos compreender a noção de comunidade e quais são os problemas enfrentados pelos participantes com suas questões identitárias.

Contudo a Psicologia Comunitária tem feito esforços para a melhoria das relações dessas “comunidades” oprimidas a fim de...

Desenvolver relações sociais que se efetivem através da comunicação e cooperação entre pessoas, relações onde não haja dominação de uns sobre outros, por meio de procedimentos educativos e, basicamente, preventivos, se tornou o objetivo central de atividades comunitárias, as quais podem ocorrer em uma casa, com pessoas criando novas relações "familiares", em escolas, hospitais e mesmo entre um grupo de vizinhança ou de bairro, desde que estes se identifiquem por necessidades comuns a serem satisfeitas, através de atividades planejadas em conjunto e que impliquem em ações de vários indivíduos, encadeadas para atingir o objetivo proposto. (LANE, p. 68, 2006)

Este trabalho se mostra importante na interface com as Políticas Públicas para Comunidade LGBT*, como nos mostra o segundo Plano Estadual de Promoção dos

Direitos Humanos e a Cidadania LGBT² em, que pontuamos aqui alguns pontos que garantem a cidadania dessa comunidade no estado:

- O tema discriminação por orientação sexual foi formalmente debatido, pela primeira vez, na Conferência Mundial das Nações Unidas em Beijing (1995), pela delegação Sueca que apresentou uma proposta de incluir nas ações da ONU o combate do preconceito por orientação sexual.
- Em 25 de maio de 2005, o Programa Brasil sem Homofobia foi lançado oficialmente e começou a ser implementado em todo o país, contendo 53 ações e 10 Ministérios envolvidos.
- No período de 05 à 08 de junho de 2008, foi realizada em Brasília a I Conferência Nacional “GLBT”, precedida de 102 Conferências Municipais e Regionais e 27 Conferências Estaduais.
- Em 9 de dezembro de 2010, é criado o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos Humanos LGBT.
- Em Mato Grosso do Sul, em dezembro de 2005, houve a publicação da Lei Estadual nº 3.157, que dispõe sobre as medidas de combate à discriminação devido à orientação sexual e identidade de gênero no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul. Em dezembro de 2006 foi publicado o Decreto Estadual nº 12.212 que regulamentou a Lei nº 3.157 e também criou oficialmente o Centro de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia (CENTRHO), a partir de uma parceria entre o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República/ Programa Brasil Sem Homofobia. Essa conquista apenas foi possível pela participação dos Movimentos Sociais LGBT do Estado.
- Em abril de 2008 foi realizada a I Conferência Estadual de Mato Grosso do Sul que teve a participação de diversos setores do governo e da sociedade civil e trouxe outra perspectiva às políticas públicas com as discussões e reivindicações específicas da população LGBT.
- Em 2009, foi constituído um Grupo de Trabalho com o objetivo de elaborar o Plano Estadual de Promoção dos Direitos Humanos e Cidadania LGBT,

² Este Plano é resultado das discussões elaboradas na II Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos da População de Lésbicas, Bissexuais, Gays, Travestis e Transexuais de Mato Grosso do Sul (LGBT/MS) realizada nos dias 21, 22 e 23 de setembro de 2011, no Museu de Arte Contemporânea, em Campo Grande – MS, com o tema “Mato Grosso do Sul em Desenvolvimento: da Homofobia à Cidadania”.

resultando em diretrizes e ações voltadas para o atendimento às necessidades da população LGBT.

- Em setembro de 2011 foi realizada a II Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais de Mato Grosso do Sul (LGBT/MS), com o tema "Mato Grosso do Sul em Desenvolvimento: da Homofobia à Cidadania", precedida de 12 Conferências Regionais e Livres, que garantiram a qualidade nos debates e a construção de diretrizes que contemplam todas as regiões do Estado.
- Em 5 de maio de 2011, o Supremo Tribunal Federal, na ocasião do julgamento da ADIn (Ação Direta de Inconstitucionalidade) nº 4277 e da ADPF (Arguição de descumprimento de preceito fundamental) nº 132 reconheceu, por unanimidade, a união estável entre pessoas do mesmo sexo em todo o território nacional. A decisão da corte maior consagrou uma interpretação mais ampla ao artigo 226, §3º da Constituição Federal ("Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento."), de modo a abranger no conceito de entidade familiar também as uniões entre pessoas do mesmo sexo. O julgamento levou em consideração uma vasta gama de princípios jurídicos consagrados pela Constituição como direitos fundamentais, dentre eles: a igualdade, a liberdade e a proibição de qualquer forma de discriminação.

No que diz respeito às Políticas LGBT*, houve muita pressão da comunidade, por meio de lutas e de discussões dos direitos sexuais, como no caso do casamento civil para pessoas do mesmo sexo aprovado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2013. Porém, apesar de avanços, identificamos no cotidiano uma falta de efetividade de políticas públicas. Somos um dos únicos estados brasileiros que possuem um local de referência em combate à homofobia, lesbofobia e transfobia, o Centro de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia (CENTRHO), localizado em Campo Grande, capital do estado. Em Dourados, por exemplo, encontramos políticas fragilizadas sem uma estrutura de equipamentos públicos específicos para atender essa população, como um centro de referência ou serviços e programas com profissionais especializados para atender essa população. A sociedade vive de constantes mudanças e as políticas devem acompanhar essas mudanças, porém as relações sociais são maleáveis e geralmente o que se encontra em âmbito político não atende os problemas do cotidiano dessa comunidade.

1. COMUNIDADES IDENTITÁRIAS : COMUNIDADE E IDENTIDADE LADO A LADO !

Para podermos discutir o tema acerca da população LGBT* fizemos um levantamento em torno dos conceitos psicossociais de comunidade e identidade, pois, entendemos que se compreendermos o porquê as pessoas se reúnem em torno de uma sigla e se identificam com tais modelos de vida, tais comportamentos e sofrem tais estigmas, podemos entender as comunidades identitárias a qual estão inseridas. Buscamos problematizar o pertencimento à comunidade LGBT* e a importância para construção de políticas públicas e de formas mais saudáveis de vivências sociais.

O psicólogo social brasileiro Antonio da Costa Ciampa (1987) traz a noção de identidade como uma “metamorfose”, aonde uma identidade vai se metamorfoseando com o passar da história. Pensar como Severino³, que não se atém ao presente, passado ou futuro, pois sua identidade revela sua existência, como explica a seguir:

A identidade é compreendida como um processo de metamorfose permanente, cuja dimensão temporal envolve diferentes momentos. Assim, o presente é o momento em que, por exemplo, alguém se reconhece como um adulto que pode falar da criança que foi no passado – sua história de vida – e também do velho que gostaria de ser no futuro – seu projeto de vida – como forma de falar de si mesmo. (PACHECO e CIAMPA, p 164, 2006)

Essas comunidades podem ser descritas desde seus espaços físicos até laços e vínculos construídos por identificação, elas não são um agregado social, essas comunidades repartem interesses, sentimentos e possuem um determinado grau de organização (SANCHEZ & WIESENFELD, 1983 apud GOMES, 1999). Portanto, entendemos que a comunidade pode ser fluída e vai além de um espaço de uma associação, se constroem através de identificações, e é por isso a importância de se relacionar comunidade com identidade.

Segundo Stuart Hall (2006) as ‘velhas identidades’⁴ que por muito tempo viveram em estabilidade e unificadas, hoje se encontram em meio a desestabilização e

³ Ver “Estória do Severino e a História da Severina – um Ensaio de Psicologia Social” do Ciampa (1987).

⁴ Utilizamos “velhas identidades” pensando que a estruturação da sociedade junto à globalização, trazidas pela modernidade tardia (pós-modernidade), criou novos tipos de identidades, mais fluidas e fragmentadas. Ver Hall (2006).

fragmentadas, em que se concebe, as identidades como múltiplas, em que, podemos ser e ao mesmo tempo não ser. Hall (2006) compreende que nossa identidade está cada vez mais desfragmentada, talvez pela liquidez de nossas vidas ou pela crescente complexidade em que as relações interpessoais que o mundo tecnológico nos propiciou.

Todas essas visões de identidades são colocadas por Sawaia (2001) como sendo de dois polos em que alguns conceitos dando à identidade características de unicidade e outras de multiplicidade.

Atribui-se à identidade a incumbência de resguardar a multiplicidade das individualidades para contemplar a alteridade. (...) na existência de duas concepções antagônicas de identidade: a identidade transformação/multiplicidade e a identidade permanência/unicidade e na concepção de que um é modelo e outro é patologia. (SAWAIA, p.120, 2001)

Porém Sawaia (2001) nos diz que essas visões antagônicas não devem ser excludentes, elas devem viver em tensão pois uma mantém a outra, como afirma abaixo:

O uno e o múltiplo não se excluem, constituem-se um na relação com o outro e um contém o outro, ao mesmo tempo em que se superam (Sawaia, 1995). É necessário apresentar-se e ser representado como igual a si mesmo (Ciampa, 1987) para garantir relações, intrapessoal, interpessoal, intergrupar e internacional. (SAWAIA, p. 123, 2001)

Para tentar compreendermos todas essas teorias sobre identidade(s), coloco aqui uma analogia pensando em nossa(s) identidade(s). Imaginemos um cubo mágico⁵. Proponho que pensemos que este cubo é nosso espectro identitário, dentro deste cubo a um centro que faz com que todas as peças se unam e não se separam. Esse centro seria uma matriz centralizada de nossa identidade que se configura de diversas formas com o mexer das peças, as peças coloco como nossas diversas identidades e formas de ser que possuímos em nossa extensão comportamental, que vai se moldando as nossas experiências e vivências. Logo, temos uma unicidade, caracterizada pelo centro e múltiplas formas identificação, dependendo das configurações em que coloco tais peças. E essas peças podem ser totalmente antagônicas, cada uma empurrando para um lado, fazendo com que o sujeito seja único. Esta analogia pode ser pensada em uma perspectiva do pensamento de Stuart Hall (2006) como ele diz o sujeito assume diferentes identidades, essas não são unificadas em torno de um “eu” coerente. Há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções. Pensamos que há uma identidade solidificada e una, mas essa só é representada e construída a partir das narrativas do eu.

⁵ Cubo mágico é um cubo tridimensional, com seis cores e dezenas possibilidades de combinações.

Dito isto, podemos inferir que as comunidades são formadas conforme a identificação das pessoas, elas se consolidam e se fortalecem por essa identificação gradual, é o que ocorre com coletivos estudantis e associações com a temática LGBT*, pois, devido aos preconceitos carregados pela sigla e movimento, há de acontecer certa proximidade com a temática, e somente aqueles que se encontram nas minorias sociais, ou seja, aqueles que não detêm o poder nas relações sociais, pergunta sobre sua identidade, ela, portanto está nas relações de poder (SOUZA-SANTOS, p. 119-137, 1994). Essas comunidades, portanto, utilizam de “identidades”, por isso a proposta da expressão “Comunidades Identitárias”, pois uma se utiliza da outra para fortalecer seus laços e movimentos.

Para viver em comunidade, devemos ter liberdade e segurança, porém elas geram grande tensão, mas por outro lado, são indispensáveis uma à outra como discute Bauman (p24, 2003):

A promoção da segurança sempre requer o sacrifício da liberdade, enquanto esta só pode ser ampliada à custa da segurança. Mas segurança sem liberdade equivale a escravidão (e, além disso, sem uma injeção de liberdade, acaba por ser afinal um tipo muito inseguro de segurança); e a liberdade sem segurança equivale a estar perdido e abandonado (e, no limite, sem uma injeção de segurança, acaba por ser uma liberdade muito pouco livre). Essa circunstância provoca nos filósofos uma dor de cabeça sem cura conhecida. Ela também torna a vida em comum um conflito sem fim, pois a segurança sacrificada em nome da liberdade tende a ser a segurança dos outros; e a liberdade sacrificada em nome da segurança tende a ser a liberdade dos outros.

1.1 – HETERONORMATIVIDADE: A COMUNIDADE LGBT* DESLOCADA À MARGEM

Vivemos em uma sociedade heteronormativa, onde a heterossexualidade se tornou compulsória (BUTLER, 2003). Somos moldados a todo instante pelo modelo nomeado de hétero-cis-normativo, que é a noção de que há uma normalidade em nossa sociedade, que dita que sejamos héteros e que também sejamos cisgênero⁶, sendo assim todos que estiverem fora dessa normativa não possuirão direitos sociais, como por exemplo, as travestis que são empurradas por diversas forças para a prostituição e se veem à margem desses direitos. É nesta ausência de direitos sociais que muitas vezes

⁶ Termo utilizado para se referir as pessoas que tem seu gênero congruente ao seu órgão sexual biológico. Seria o caso de um indivíduo que nasce biologicamente homem e tem seu gênero inclinado ao masculino.

peças dessa comunidade sofrem com a estigmatização e o preconceito, como reafirma a oficina realizada.

A heterossexualidade é posta como compulsória devido a uma normativa heterossexual onde, conseqüentemente, todas as outras formas de relacionamento afetivo-sexual se tornam invisíveis ou que não detém mesmos direitos sociais. Vivemos em um tempo em que a heterossexualidade é tomada como parâmetro da normalidade, uma norma, onde a partir desta todas as formas de sexualidade são significadas (BUTLER, 2003). A homofobia é uma consequência de nossa sociedade, como nos coloca Lionço e Diniz (p. 310, 2008)

A homofobia é consequência da heteronormatividade, sendo uma prática de discriminação baseada na suposição da normalidade da heterossexualidade e dos estereótipos de gênero. Homofobia é um conceito recente que permite apreender a permanência da defesa ferrenha ao patriarcado, o que permite reconhecer a estreita associação da homofobia ao sexismo. O sexismo e a homofobia emergem como consequência do regime binário da sexualidade (Borrillo, 2000), essencializando a feminilidade e a masculinidade em identidades mutuamente excludentes e cerceadoras das possibilidades de derivação passível de apropriação pessoal, social, cultural e histórica do feminino e do masculino, por pessoas de ambos os sexos.

Rich (1993) trabalha com a questão lésbica, argumentando que a mulher é banida dos meios públicos e é empurrada para o âmbito privado. Estendo este pensamento à comunidade LGBT*, pois a todo o momento tem sua vida colocada em âmbito privado, invisível e que não pode demonstrar afeto em público, tendo ao mesmo tempo uma pressão enorme que este privado se torne público. Há uma constante cobrança de homossexuais ou bissexuais se assumirem, logo, encontramos uma comunidade que por mais que tenha se emancipado na luta por direitos, se vê constantemente colocada no âmbito privado.

E todo o processo de identificação para os LGBT* é um processo complicado, Butler (1993) analisa que ao construir e assumir um gênero significa gerar identificações e negar outras, então à pessoa inscrita nesta comunidade primeiramente tem de negar ao outro, “eu sou diferente”, para construir suas vivências. Essa operação hierarquiza as identidades, reforçando a norma exposta mais acima, o que cria relações de poder desiguais na questão de gênero e afetivo-sexual.

As vulnerabilidades que afetam a comunidade LGBT* são enormes, se pensarmos que esta comunidade está inserida em uma cultura enraizada pelo patriarcado, machismo, sexismo e heteronormatividade, teremos uma estrutura psicossocial totalmente hostil para a vivência plena da cidadania dessa população, por

isso a importância de inserirmos o debate do preconceito e discriminação em nosso estudo.

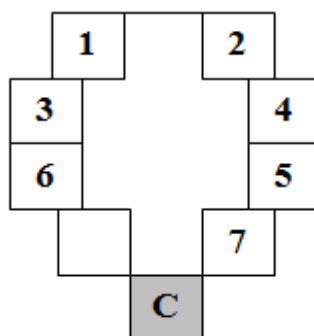
2.

OS CAMINHOS DA PESQUISA

Metodologicamente fizemos uso da “observação participante” em que, observamos os ambientes em Dourados-MS reconhecidamente frequentados pelo público LGBT* e também ambientes como universidades e shoppings. Isso foi possível pela proximidade do pesquisador com a comunidade em questão. Neste processo foram observadas algumas problemáticas e questões para que posteriormente pudéssemos realizar a Oficina de Sentidos.

Com isso montamos uma Oficina, em que os participantes foram convidados a partir do pesquisador via “Coletivo OlhareS”, que é um grupo de pessoas que se reúnem para discutir o cotidiano LGBT*, onde são pensadas intervenções e debates que possam ajudar na vivência dessa comunidade, bem como ser um espaço de acolhimento para assuntos considerados tabus na própria comunidade, como o relacionamento aberto, DST's, preconceito da própria comunidade, etc. Compareceram nesta oficina sete pessoas, sendo que a maioria residia em outras cidades e por conta da faculdade moram aqui em Dourados, portanto, a maioria detinha criticidade para as questões cotidianas de ser/estar LGBT*. A oficina de sentidos para esta comunidade é uma adaptação de uma oficina desenvolvida pelo Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Para realização da oficina foi distribuído um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, onde se explicitava os objetivos da pesquisa e a preservação da identidade dos participantes e de suas falas, por conta da gravação. Foi proposto da leitura em conjunto, porém os participantes optaram por lerem sós. A oficina foi realizada no dia 24 de janeiro de 2014 das 14:30 as 16:15, na Reitoria da UFGD – Sala 403, por Luan Fernando Schwinn Santos.

Disposição espacial do grupo



Código	Nome dos Participantes	Sexo	Idade	Outras Características
001. P1	Participante 1	M	21	Universitário
002. P2	Participante 2	F	30	Universitária
003. P3	Participante 3	M	24	Universitário
004. P4	Participante 4	M	24	Universitário
005. P5	Participante 5	M	22	Universitário
006. P6	Participante 6	M	20	Universitário
007. P7	Participante 7	F	22	Desempregada

Tabela 1 – Informações dos (as) participantes.

A oficina é composta por três momentos. O primeiro era o momento de associação de palavras, em que escrevi em um cartão a palavra LGBTT e pedi aos participantes que escrevessem as palavras que imaginavam estar ligadas a esta sigla. Em um segundo momento, pedi que relatassem em um papel vivências do cotidiano relacionados ao preconceito e discriminação, logo após, foi ligado o gravador e foi solicitado que aqueles que se sentissem a vontade poderiam falar sobre essas experiências. Para finalizar a oficina, foi proposto aos participantes que refletissem e explicitassem as estratégias de enfrentamento aos problemas sociais informados no decorrer da oficina. Para este momento utilizamos da ideia de Mary Jane Spink (2010)

de repertórios linguísticos, ela vai nos apontar que esses repertórios são entidades muito mais fluídas e flexíveis que as representações sociais. As representações sociais seriam estruturadas a partir de repertórios linguísticos, portanto não estávamos aqui procurando representações sociais acerca da palavra LGBTT, mas sim os sentidos e quais repertórios os participantes usaram para essa palavra.

Como já dito, em um primeiro momento foi proposto que os participantes escrevessem palavras que eles associassem a palavra “LGBTT”, os sete participantes escreveram ao todo 146 palavras, sendo que, contando com as repetições foram escritas 109 associações relacionadas à sigla. As mais mencionadas foram Amor (5), Preconceito (5), Discriminação (5) e Luta (4). O que fortalece nossos argumentos até agora levantados acerca dessa comunidade, de que há ainda certo estigma para com essa comunidade. Como nos mostra nossa tabela:

Associações à palavra LGBTT						Total
1) Amor	X	X	X	X	X	5
2) Discriminação	X	X	X	X	X	5
3) Preconceito	X	X	X	X	X	5
4) Luta	X	X	X	X		4
5) Alegria	X	X	X			3
6) Amizade	X	X	X			3
7) Casamento	X	X	X			3
8) Liberdade	X	X	X			3
9) Medo	X	X	X			3
10) Adoção	X	X				2
11) Afeto	X	X				2
12) Arco-Íris	X	X				2
13) Beleza	X	X				2
14) Carinho	X	X				2
15) Felicidade	X	X				2
16) Morte	X	X				2
17) Pegação	X	X				2

18) Respeito	X	X				2
19) Sexualidade	X	X				2
20) Sexo	X	X				2

Tabela 1 – Parte da Tabela com os repertórios linguísticos que surgiram dos sentidos à palavra LGBTT.

O segundo momento da oficina consistiu no relato das vivências em torno do preconceito e discriminação cotidiana, esses relatos eram memórias de situações vividas ou presenciadas dos participantes, os relatos foram escritos e, posteriormente, sistematizados e quantificados em um formulário. A discussão desses relatos e a sistematização feita foram de grande valia para o fortalecimento da pesquisa e da ideia de preconceito e discriminação sofrida por essa comunidade identitária. Eles apontaram para as instituições que geram e reforçam os estigmas, o que não foi previsto inicialmente, mas que ajudou na constituição da pesquisa.

Por fim, porém não menos importante, deu-se espaço para o discurso e para as possíveis estratégias que poderíamos utilizar para o empoderamento de tal comunidade, melhorando assim suas vivências no cotidiano. Foi um espaço para se pensar onde devemos pontuar e trabalhar para a maximização de direitos igualitários entre as orientações afetivo-sexuais e gêneros.

3. A BUSCA POR COMPREENSÃO: A COMUNIDADE LGBT PROCURA QUEM?

Para fazer a análise da oficina optamos por mapear os repertórios com maior frequência na associação à palavra LGBT* e descrever as vivências relatadas pelos participantes sobre as suas estratégias para desenhar possíveis intervenções no cotidiano. Os principais repertórios são: Amor, Preconceito, Discriminação, Luta e Alegria, só a presença dessas palavras entre as mais repetidas confirma nossa argumentação levantada até o momento, de que o cotidiano dessa população é marcado por preconceito e discriminações.

O que nos chamou mais atenção é a segunda parte da oficina sobre as vivências que eles tinham por serem LGBT* e concluímos, a partir de suas falas, que há três lócus mais frequentes de vivências de preconceito e discriminação, sendo eles o ambiente familiar, o ambiente escolar e um lócus dos discursos religiosos. Torna-se complexo

esses apontamentos, pois, as três instituições se denominam acolhedoras e deveriam ser lócus de conforto a essa população, e nos se tornaram mais um obstáculo nas vivências afetivo-sexuais e de gêneros para essa população.

	Família	Religião	Escola	Outros
Quantidade de vivências	4	6	5	7

Tabela 2 – Quantidade de vivências segundo análise do pesquisador.

Devemos ressaltar que esse dado deve ser entendido como consequência, pois no Brasil há um alto índice de violência cometida contra a comunidade LGBT* por motivos de homofobia, lesbofobia e transfobia, nos mostrando os riscos de pertencer a essa comunidade em nosso país, segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB) o Brasil tem o maior índice de mortalidade de LGBT* em relação a crimes de ódio. Pode-se observar também o quão ligado a uma moral cristã são as instituições como a escola e a família, as quais amparam seus repertórios, discursos e vivências como nos relatos abaixo:

– *“Preconceito em casa, família evangélica, com princípios e leis da igreja. Que abomina os homossexuais, proibindo a filha lésbica andar com meninas que aparentavam serem gays também, muito preconceito, xingamentos e ofensas”.*

– *“Minha família é católica-apostólica-romana-temente-a-Deus. E alegam que a homossexualidade é pecado. E não há acordo, nem conversa. Fazem de tudo para que eu não convide meus amigos gays para irem à minha casa, mas eu insisto e acabo conseguindo que meus amigos venham e não sejam maltratados. Outro dia estava alegre e comentei com minha mãe que ia ser madrinha do casamento da minha melhor amiga. ‘Mas com quem ela vai casar? Ela não é lésbica?’ indagou-me. Respondi que sim, que ela ia se casar com sua namorada. Na hora, ela disse ‘shh. Fala baixo, menina. Os vizinhos vão ouvir!!! Não é pra ficar comentando alto essas coisas’”.*

– *“Vivenciei discriminação, no contexto familiar, com apontamentos religiosos por parte dos meus pais citando trechos específicos da bíblia, na qual estaria condenada a homoafetividade.”*

Natividade e Oliveira (2009) contribuem com o debate sobre “homofobia religiosa”, colocando que esta não se constrói sozinha, “mas envolve formas de atuação em rede em oposição à visibilidade e ao reconhecimento das minorias sexuais” (p. 132), tornando assim, em nosso ponto de vista a família e a escola uma extensão dessas

instituições religiosas, servindo o discurso das lideranças “como ‘guias’ ou exemplos normativos para a conduta do fiel” (p. 133). Identificamos a existência de uma moral circunscrita nas relações sociais que é fortalecida e amparada no discurso religioso e se manifesta através do cotidiano de pequenas práticas.

O preconceito na escola foi muito discutido na oficina e foi apontado como o ambiente mais agressivo aos LGBT*, pois a criança ainda está se descobrindo enquanto pessoa e sua identidade é rotulada nesse processo de identificação. Conforme nossos Parâmetros Curriculares Nacionais, a matéria de “Orientação Sexual” deve ser inserida nas aulas do ensino básico como um tema transversal (BRASIL, 1998). Essa implementação é uma das formas das escolas possibilitarem a discussão em torno de temas como as orientações afetivo-sexuais não dominantes. Porém, os programas voltados à educação sexual são raros e geralmente se focam em uma matriz dominante e voltada somente a heterossexualidade (BORGES & MEYER, 2008).

Dentro das estratégias foi citada que a “principal arma” que podemos utilizar para o combate ao preconceito - discriminação é a educação e conscientização acerca das orientações sexuais e de gêneros, portanto, é necessário pensar em uma Educação Sexual que realmente discuta relações afetivo-sexuais e de gênero, que elas possam ir além do biológico e emancipar as crianças inscritas na educação básica, assim como pensar estratégias que atinjam a população adulta. Como relata um dos participantes, desde cedo esse processo de preconceito – discriminação começa e perdura durante toda a vida da pessoa LGBT*:

– “Um momento que me marca muito é com relação ao que passei na escola durante o ensino fundamental e médio, que era quando todos/as tiravam sarro de mim pelos meus trejeitos, atitudes e pensamentos. Todos/as tiravam sarro, faziam piadas, “brincadeiras”, e atitudes discriminatórias, essas e outras coisas me faziam muito mau, mas hoje em dia apenas me recordo desses episódios de uma maneira enojada para com aquelas pessoas.”

– “Logo que entrei na universidade percebi o mundo diferente que ali existia, porém o preconceito e a discriminação também estavam juntos. Uma vez o apenas olhar para um menino ele se revoltou para cima de mim me xingando e dizendo que não era para eu olhar para ele, pois ele era homem e não curtia “viadinhos”, fiquei espantado com a situação, porém depois de um certo tempo achei engraçada toda aquela situação.”

Foi levantado de forma bastante marcada a questão do público-privado, os participantes relataram que sua sexualidade por mais que seja da esfera privada, é a todo o momento colocada como da esfera pública, “interessa a sociedade o que acontece em quatro paredes”, porém percebemos que essa questão só é levantada quando o sujeito não tem uma sexualidade hegemônica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das contribuições que essa pesquisa pôde trazer a partir da abordagem do construcionismo social e a metodologia qualitativa e participativa da Oficina, é que os seus repertórios linguísticos e as vivências do cotidiano nos fizeram compreender as suas angústias, sofrimentos decorrentes dos preconceitos e discriminações e também conhecer as formas de enfrentamento a essas vulnerabilidades. Entendemos que pela curta duração que tivemos para a realização da pesquisa (Dezembro de 2013 até Julho de 2014) os dados e bibliografias levantadas nesse artigo poderão servir como um ponto de partida para o fomento de pesquisas direcionadas à essa problemática e também na construção de metodologias de intervenção psicossocial dentro do campo da Psicologia Social Comunitária. Seja na implementação de políticas públicas locais, regionais e quiçá nacionais. Seja por meio de projetos do terceiro setor ou para as pautas de luta dos movimentos sociais LGBT*.

Consideramos de extrema importância o estudo da relação entre comunidade e identidade, pois a partir desses conceitos entendemos as problematizações identitárias de pertencer à essa ou a outras comunidades. E também acreditamos que estudando o cotidiano e os sentidos a ele atribuídos podemos ter uma melhor compreensão dos modos como essa comunidade sofre todas as formas de opressões, mesmo as mais singelas e veladas.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BORGES, Zulmira; MEYER, Dagmar. *Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia*. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 16, n. 58, p. 59-76, jan./mar. 2008

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais*. Brasília:1998.

BUTLER, Judith. *Bodies that Matter: on the Discursive Limits of Sex*. Nova York/Londres: Routledge, 1993.

_____. *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CIAMPA, Antonio. *A Estória do Severino e a História da Severina - um Ensaio de Psicologia Social*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CURADO, Jacy Corrêa. *Gênero e os sentidos do Trabalho Social*. Campo Grande: Editora UCDB. 2008.

GERGEN, K. *The social constructionist movement in Psychology*. American Psychologist, vol 40, n. 3, p 266-275, 1985.

GOMES, Antonio. Psicologia comunitária: uma abordagem conceitual. *Psicologia: Teoria e Prática*. São Paulo, 1999.

GRUPO Gay da Bahia. *Assassinato de homossexuais (LGBT) no Brasil - Relatório 2013-2014*. Acessado em 12 de julho de 2014.

_____. www.ggb.org.br. Acessado em 10 de julho de 2014.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós – modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11. Ed.- Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IÑIGUEZ, Lupicionio. Construcionismo Social e a Psicologia Social. In: MARTINS, João Batista; HAMMAOUTI, Nour-Din; IÑIGUEZ, Lupicionio.(Orgs). *Temas em análise institucional em construcionismo social*. São Carlos: RiMa; Curitiba: Fundação Araucária, p. 127-155, 2002.

LANE, Silvia T. Maurer. O que é psicologia social. *Coleção primeiros passos*. São Paulo : Brasiliense, 2006.

LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora. Homofobia, silêncio e naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual. *Rev. Psicologia política*, vol.8, n.16. São Paulo dez. 2008.

MATO GROSSO DO SUL, Governo do estado. Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social. *II Plano Estadual de Promoção dos Direitos Humanos e Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais de Mato Grosso do Sul*. CENTRO, 2011.

NATIVIDADE, M.; OLIVEIRA, L. de. Sexualidades ameaçadoras: religião e homofobia(s) em discursos evangélicos conservadores. *Revista Latinoamericana: Sexualidad, Salud y Sociedad*, nº 2, p. 121 – 161, 2009.

NOGUEIRA, Conceição. *Construcionismo social, Discurso e Género*. Psicologia 15, 1: 43-65, 2001.

PACHECO, Katia M. B.; CIAMPA, A. C. *O processo de metamorfose na identidade da pessoa com amputação*. ACTA FISIATR 2006; 13(3): 163 – 167, 2006.

RICH, Adrienne. *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica*. Trad. Carlos Guilherme do Valle. Rio Grande do Norte. Bagoas, 1993.

SAWAIA, Bader. Uma Identidade Separatista?. In: SAWAIA, Bader (org). *As artimanhas da exclusão*. Ed. Vozes, 2ª Ed., Petrópolis, 119 – 128, 2001.

SCARPARO, Helena Beatriz Kochenborger and GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. *Psicologia social comunitária profissional*. Psicol. Soc. [online]. vol.19, n.spe2, pp. 100-108. ISSN 1807-0310, 2007.

SOUZA Santos, B. *Pela Mão de Alice. O Social e o político na pós-modernidade*. Porto, Afrontamento, 1994, cap. 6, pp. 119-137.

SPINK, Mary Jane. *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano*. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. 2010.